

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A PESQUISA NA GRADUAÇÃO E LATO-SENSU EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Alexandro Andrade*

UNITERMOS: Pesquisa em Ed.Física; Formação Profissional

RESUMO

Este estudo busca contribuir para a reflexão e o debate sobre a produção de conhecimentos em Educação Física. Objetiva especificamente explicitar aspectos da prática universitária que influenciam e limitam o "fazer pesquisa", que estão presentes em grande parte dos centros de formação profissional, e são pouco problematizados. São discutidas questões como: a dimensão pública e privada da produção de conhecimento no curso universitário, a prática da pesquisa na graduação e pós-graduação (Lato-sensu), e a questão dos grupos de pesquisa em Educação Física.

ABSTRACT

This study intends to contribute to the reflexion and discussion about knowledge production in Physical Education. It aims specifically to show university practice features that influence and limit the "to make research", that are present in great part of professional Education and research, wich are hardly debated. Subjects such as university knowledge production - public and private dimensions, the practice of research in undergraduate and graduate, and the subject of research groups about Physical Education.

Cumpre esclarecer inicialmente nossas pretensões para este documento, que busca ser mais uma reflexão intersubjetiva de nossa práxis específica, do que um artigo científico, dentro da habitual forma,

detalhamento e embasamento a que nos exigimos. Assim sendo, pretendemos aqui explicitar e detalhar questões que são objeto de reflexão e que buscamos transformar, em nosso trabalho como professor e pesquisador,

*Mestre em Pedagogia do Movimento (Aprend. Motora)/UGF/RJ. Prof. da Graduação e Pós-Graduação do CEFID. UDESC Pesquisador vinculado ao CBCE e CNPq.

de maneira ativa e engajada na Universidade e na formação de professores de Educação Física e Pedagogos em geral. Entendemos que este trabalho pode ser mais uma contribuição ao debate sobre a realidade da Universidade no que se refere ao ensino e à pesquisa, realidade esta muitas vezes escondida atrás do discurso formal, acadêmico ou burocrático, ou ainda, escamoteada pela ciência, na sua faceta de poder legitimador da ordem. É intersubjetivo pois resulta da experiência pessoal com os alunos, colegas, professores e outros.

A Noção de Público e Privado na Produção do Conhecimento em Educação Física

O dia a dia na prática pedagógica vinculada ao ensino e à pesquisa na Universidade, mostra que as confusões quanto ao que é público ou privado, ao que é de direito caracteristicamente coletivo ou individual, quanto à responsabilidade social do pesquisador na prática da pesquisa, passa, *numa visão geral*, pela dimensão da administração universitária, e, *especificamente*, pela relação que o professor e o aluno, sejam eles da Graduação ou Pós-graduação, mantêm entre si, com a instituição e a sociedade. Administrativamente, o que se observa é que na Educação Física, muitos foram os professores que, por razões as mais diversas (poucas oportunidades, falta de interesse), não realizaram seu aperfeiçoamento acadêmico (Strictu-sensu) e se mantiveram em

postos administrativos, perpetuando-se no poder ao longo dos anos, transformando os cargos de direção em feudos, em cargos quase vitalícios. *A grande preocupação era, e ainda é, a manutenção do controle das idéias e processos burocráticos, nem que para isto, tenha-se que cercear idéias e aumentar a burocracia.* Desta forma, a função de gerenciar, articular e estimular o desenvolvimento universitário acabou ficando em segundo plano. Os rigores das leis são colocados para os “inimigos”, ou seja, aqueles que não comungam dos valores historicamente dominantes na instituição. Normalmente este processo é encabeçado pelo que chamamos de “Homo-Legalista” (Falsu Jurisconsultum); aquele professor especialista na lei, no parecer, no inciso do artigo que caducou, mas que foi reeditado pela última portaria do ano passado, por razões que “ninguém” sabe. Desta forma, mesmo que atualmente a universidade passe por mudanças profundas e promissoras, percebe-se ainda que esta classe agonizante tem poder, pois é ainda a classe dirigente que pode articular substitutos à altura (inclusive detentores de titulação elevada) para continuar este processo. É a transformação do espaço público em privado em função de interesses de grupos específicos (Demo, 1985). Desta forma, a Universidade deixa de cumprir, na essência, seu papel de ponta no levantamento, estudo e orientação dos problemas sociais, reproduzindo intra-centros, as relações de poder que caracterizam ainda muitas empresas privadas, ou seja, direcionamento das políticas através de critérios pessoais ou de pequenos

grupos, estímulo à pesquisa tecnológica, especialização e fragmentação do trabalho, neutralidade da Universidade, estímulo à competição desenfreada, entre outras relações. Sobre esta neutralidade que muitos profissionais defendem como factual ou necessária, utilizamos as palavras de Demo (1987, p.75) que diz: *acreditar na universidade cientificamente neutra é cair no conto do vigário; a posição de neutralidade ou é maliciosa de quem busca aceitação sem contestação de suas afirmações, ou é ingênua, de quem não percebe o engajamento da neutralidade.* Dentro deste quadro, as áreas de pesquisa que mais se aproximam dos pressupostos apresentados, são as ligadas às ciências naturais, exatas ou biológicas (na maioria das vezes), pois, tradicionalmente por serem de base positivista ou empírico-analítica, seus pesquisadores, salvo algumas exceções, normalmente não questionam criticamente o papel social da Universidade, desde que as condições técnicas e operacionais estejam garantidas para a pesquisa. As pesquisas vinculadas à uma base teórica das ciências humanas ou sociais, são vistas como desnecessárias ou desvinculadas da prática mais imediata. O conhecimento produzido que não serve para aperfeiçoar o paradigma dominante do esporte de competição, da saúde através do esporte enquanto um bem em si, ou que não subsidie práticas assistencialistas cristalizadas, não interessa à instituição (Andrade e Peters, 1993). Preocupa também a política de privatização da universidade que se não aconteceu ainda

oficialmente, tem no discurso associado ao futuro da pesquisa nas universidades, um forte aliado. É bastante comum, atualmente, ouvirmos dizer que o futuro das universidades passa por políticas de cooperação com o setor privado, buscando financiamento para as pesquisas e para que a universidade dê uma resposta específica a estes setores que investem no desenvolvimento do País. Assim, a universidade resolveria parte de seu problema de falta de recursos para pesquisa. O que podemos questionar é: qual a possibilidade de serem desenvolvidos projetos, financiados pelo setor privado, que busquem resolver problemas não associados diretamente à produção, à qualidade total ou à tecnologia, por exemplo, diminuindo a taxa de lucro ou aumentando a capacidade crítica do trabalhador ou sua qualidade de vida? Não seria o Estado o principal representante do setor privado no Brasil e, em consequência disto, não estariam muitos recursos destinados à educação e saúde, sendo desviados para financiar projetos de interesses privados? Não seria esta uma forma de tutelar, mais ainda, a Universidade às necessidades do mercado, do setor *privado*, *privando* a população de idéias que orientem para uma nova ordem social e econômica? Ou será que já foram esquecidos os episódios recentes do impeachment (Collor) e do escândalo do orçamento (João Alves), entre muitos outros? Dentro da perspectiva administrativa que aqui caracterizamos, a produção de conhecimento fica limitada. *Assim sendo, perde-se a noção da universidade pública como um dos últimos espaços*

de reflexão possível a respeito dos reais problemas sociais, e de formação de intelectuais organicamente comprometidos com a maioria da população.

O outro aspecto mais específico, mas não menos importante, é o da participação dos alunos no processo de produção do conhecimento. O que se observou historicamente no ensino de graduação em Educação Física (ainda existem indicações desta prática) foi o que intitulamos de “*pacto de mediocridade*” entre professor e alunos: *o professor finge que ensina*, não se atualiza, não prepara aulas, não tem claro um projeto a médio ou longo prazo para sua disciplina, não faz pesquisa ligada à sua área (isto quando ele a tem definida), dificilmente divulga o conteúdo das aulas posteriores (impede o debate aprofundado com os alunos), exige sempre o que os alunos pedem ou menos, não reprova, sempre dá um jeitinho para qualquer problema, ou seja, é um “*amigão*”; *o aluno finge que aprende*, cola nas avaliações, boicota os melhores alunos, não tem um projeto profissional ou busca realizá-lo após o curso (o que aparecer pode ser a solução). Sem dúvida, é bastante raro encontrarmos alunos que estudem e se preparem para as aulas antecipadamente (isto, é claro, quando o professor comunica o assunto da aula posterior) ou ainda, acontecerem discussões onde os alunos questionam ou buscam mais conteúdo e conhecimento do professor. Normalmente, o que se observa é uma preocupação com a nota, independente do que ela possa representar e uma constante “*negociação*

para diminuir as exigências ou o trabalho a ser desenvolvido”. O aluno acredita que a universidade é gratuita, que ninguém paga por ela, que ele estuda *de graça*. Em geral, ele não percebe que a *Universidade pública é muito cara, paga pelo suor dos trabalhadores, construída ao longo da prática social e histórica; é uma conquista do povo e que tem em seus acadêmicos, os indivíduos que futuramente deveria auxiliar significativamente para a melhoria de vida da população, mesmo que estas pessoas, em sua maioria, não estejam conscientes disso.*

Outro dado muito freqüente na questão da pesquisa em Educação Física diz respeito à Pós-Graduação Latu-Sensu no Brasil, quanto à qualidade dos cursos oferecidos e ao perfil de seus alunos. Uma verdadeira avalanche de cursos de especialização surgiram no país nos últimos 10 anos, transformando as necessidades de aperfeiçoamento profissional em nossa área, muitas vezes, num foco interessante de comércio privado, utilizando-se de profissionais sem uma produção acadêmica compatível com a área a ser lecionada. As necessidades do público, dos profissionais, são na essência, produtoras de lucro, de capital, isto sem falar nos “*congressos*” que, em muitos casos, mais parecem colônias de férias para adultos.

Na Pós-Graduação a situação é também preocupante. O aluno da especialização (Latu-Sensu) apresenta uma situação bastante problemática, envolvendo outras responsabilidades paralelamente às de pesquisa, tais como a família, o trabalho (não menos

de 10 horas por dia), bem como a falta de base advinda do curso de graduação e as dificuldades financeiras para pagar ou manter o curso. Entendemos que, se por um lado a situação não colabora para um desenvolvimento ideal do aluno, por outro, este apresenta uma forte tendência à INÉRCIA (tomando emprestado o termo de Luria, citado por Fonseca 1987, quando se refere à lei da inércia aplicada aos portadores de deficiência), ou seja, neste caso, resistem à aprendizagem, aos seus desafios e conseqüentes mudanças. Talvez isto se deva às conseqüências da chamada escola do silêncio (Fazenda, 1989) ou da educação bancária denunciada por Freire (1979), que inicia no 1º grau, passa pelo 2º e se consolida na Universidade. A prática argumentativa da pesquisa traz novas possibilidades e responsabilidades, exigindo de seu praticante que deixe o achismo de lado, passando para uma postura mais radical de conhecimento. Outra tendência que faz parte do cotidiano do Latu-Sensu é a que intitulamos de *Aprovação Obrigatória*. Esta se manifesta da seguinte forma: a avaliação, em muitas disciplinas, é colocada apenas como formalidade, sendo garantida previamente a aprovação de todos; têm-se registro até de turmas onde praticamente todos os alunos atingiram a nota máxima; curiosamente, muitas disciplinas apresentam todas as notas sempre acima da média mínima; pode-se observar também nas

estatísticas de final de disciplinas e curso, que é quase inexistente o registro de alunos reprovados por aproveitamento. É importante salientar que muitas destas disciplinas não especificadas aqui por razões óbvias (acredito não ser uma questão particularizada) são ministradas por professores altamente qualificados mas que, como normalmente ocorre, deixam à critério de cada aluno o quanto de estudos é necessário fazer, não tendo a avaliação o rigor exigido em outros casos. Existe uma pressão direta e indireta para legitimar esta tendência da Aprovação Obrigatória, onde fica mais sob a responsabilidade do professor a aprovação dos alunos, do que propriamente destes em superar suas limitações. Registre-se que estes fatos convivem com a quase inexistência de orientadores de estudos, orientadores para as monografias e programas de recuperação de estudos. Estas questões aqui descritas que acreditamos, sem dúvida, fazem parte de grande parcela dos cursos de especialização no Brasil, conspiram para que o aluno, indiretamente ou subliminarmente, acredite que sua aprovação no curso, independente das qualidades e capacidades apresentadas, está garantida. Uma afirmação de um Pós-Graduando pode ilustrar isto: "Poxa! a gente tem família, as aulas, a escola e ainda gasta para manter o curso. O professor tem que dar uma força. Não pode ser muito rigoroso". Nas Universida-

des privadas ou que mantêm cursos com características semelhantes (cursos de férias, por exemplo), estes aspectos são bem marcantes. Desta forma, o compromisso que deveria existir do aluno com a sociedade, com a maioria que o financia indiretamente, fica esquecido em meio às preocupações mais privadas e imediatas de sobrevivência, de obtenção de facilidades para a continuidade no curso e para a obtenção do diploma que lhe permitirá *competir no mercado de trabalho*. Não há dúvida que as excessões existem, estão se desenvolvendo e nutrem um projeto de mudança, embora com muitas dificuldades. Neste quadro, a atividade docente resume-se a reproduzir conhecimentos, cumprindo a carga horária, o programa e as obrigações legais; mantém-se o emprego e garante-se a perpetuação do marasmo. Devemos lembrar de um pressuposto básico da Universidade: a pesquisa deve ser uma atividade fundamental do professor, subsidiando suas aulas, suas decisões pedagógicas e seus novos projetos. A docência Universitária exige conhecimentos atualizados e um profissional totalmente consciente das principais discussões acadêmicas relativas à sua área ou disciplina de atuação.

Comentando o "Fazer Pesquisa" na Universidade

Vemos como necessário desmistificar a noção de que fazer pesquisa é algo para iluminados ou bem dotados. A atividade de pesquisa

é uma atividade obrigatória na práxis pedagógica do educador. Envolve uma preparação técnico-científica e político/filosófica. A preparação técnico-científica é fundamental, pois sem ela, o professor não é capaz de organizar e manipular seus "dados", de maneira orientada e lógica. O domínio das técnicas de coleta e tratamento dos dados, a estatística aplicada às diversas áreas, a filosofia da ciência, entre outras áreas, devem ser conhecidas pelo sujeito que pretende pesquisar. A formação na área político/filosófica é bastante precária na graduação e no Lato-sensu, sendo que os poucos que obtêm uma formação mínima, o fazem através de contatos pessoais ou através de disciplinas isoladas em outros cursos. No entanto, uma das principais qualidades que se busca desenvolver num pesquisador é a ATITUDE CRÍTICA de pesquisa. É o indivíduo estar comprometido com o ato pedagógico verdadeiro, a ser descoberto, modificado ou ratificado, com os fundamentos que numa olhada menos atenta ou superficial no "objeto" de estudo, não estariam disponíveis. Envolve uma atitude comprometida profundamente com a investigação, perseverança, disciplina e vontade política. Não é raro encontrarmos trabalhos de conclusão de curso de Especialização Lato-sensu, e até de Stricto-sensu, de nível muito ruim, por razões de ordem metodológica (sopa metodológica), mas muitas vezes, por apresentarem interpretações muito pobres, conclusões imediatistas ou baseadas em construções ideológicas (Frigoto, 1989).

Neste tópico em particular, muitas são as análises que podem subsidiar uma discussão mais aprofundada sobre o fazer pesquisa em Educação Física. Considerando o espaço limitado de um ensaio, discute-se aqui uma questão de fundamental importância para a ação investigativa: a *disciplina*. Este termo pode indicar várias conotações. Aqui, utilizamos duas de suas conotações. A primeira se refere a falta de organização do tempo de estudo e de pesquisa que normalmente aflige alunos de graduação e pós-graduação, quando inseridos numa dinâmica mínima de trabalho acadêmico. A segunda, mais profunda e crônica, se refere a indisciplina intelectual, que no conceito de Triviños (1987, 15), é a “ausência de coerência entre os suportes teóricos que, presumivelmente, nos orientam e a prática social que realizamos”. Para Trivinos, as dissertações de mestrado e as teses de doutorado, dirigindo-se à área da educação, são um bom exemplo de nossa “fraqueza intelectual”, ou, no dizer de Fazenda (1989), desta “concha de retalhos”. Esta dificuldade comum na pesquisa em educação, que sem dúvida se apresenta na Educação Física, pode ser resolvida ou amenizada com critérios mais rigorosos na preparação, planejamento, execução e avaliação dos currículos destes cursos, independente do nível a que eles se destinam, sobretudo orientados por uma visão mais ampla e crítica de currículo (Coletivo de Autores, 1993).

Grupos de Pesquisa ou Oligopólios Ideológicos

Podemos dizer que já é realidade presente nos debates atuais em Educação Física a questão dos grupos ou núcleos de pesquisa associados às diferentes áreas de estudo e ao objeto de estudo “movimento humano”. Ao observarmos a história da Educação Física, podemos verificar a pouca expressão e participação deste tipo de prática. Assim, representam atualmente um grande avanço para o desenvolvimento da profissão e da ciência do movimento humano, pois busca-se avançar do empirismo pragmático para uma busca mais aprofundada de respostas para os problemas associados à nossa prática acadêmica e profissional. O aprofundamento teórico cresceu, o volume de trabalhos científicos aumentou sensivelmente, há delimitação de algumas áreas de estudo em Educação Física, como também está presente a reflexão/explicação do papel sócio-político desta profissão no Brasil. Entretanto, o que podemos verificar, como uma outra faceta desta realidade, é o fechamento/isolamento destes núcleos, veiculando ou debatendo seus conhecimentos produzidos basicamente entre si. Grupos de estudos em várias áreas da pesquisa sobre o movimento humano, estão muitas vezes localizados na mesma cidade, ou até na mesma Universidade, não existindo um diálogo mínimo ou debate franco a respeito dos conhecimentos produzidos, de seus pres-

supostos filosóficos, metodológicos ou políticos. Embora vejamos uma busca de explicitação destes pressupostos filosóficos e políticos por uma parcela de intelectuais vinculados às ciências humanas (críticos/progressistas ou como queiram chamar), o diálogo/debate ainda é muito pequeno. Os conflitos internos são muitos, as acusações também; cada núcleo reivindica para si a principal contribuição acadêmica e/ou profissional. Sob seu ponto de vista teórico, cada um defende para si uma maior contribuição, aprofundamento, coerência interna e especificidade. Os alunos formados dentro destes núcleos, devido ao isolamento citado, tendem a reproduzir esta fragmentação, ficando privados de uma reflexão mais transparente, profunda e abrangente. Como afirma Bracht (1993), esta fragmentação talvez se deva ao fato destes núcleos ou disciplinas operarem através de seus próprios referenciais teórico-metodológicos e problematizações específicas, advindas das disciplinas mães. Ora, se realmente o vetor epistemológico deve ir da razão para o real (Bourdieu et al. citado por Bracht, 1993), ou seja, nós é que temos de operar a abordagem interdisciplinar, unir esforços e debater ampla e livremente diferentes interpretações, buscando um avanço real e mais significativo, fica a pergunta: onde efetivamente estas ações em busca de abordagens interdisciplinares estão se dando? Se as disciplinas ou núcleos de pesquisa são estruturados e coordenados por doutores e mestres, formados dentro de abordagens específicas também,

como operar esta mudança? As próprias revistas de divulgação científica são o espelho desta busca de legitimação marcadamente isolada, gerando no leitor uma expectativa fragmentada. O que buscamos aqui é explicitar uma parte da realidade que se observa, onde o discurso aparece como preocupações ou denúncia, mas uma prática de superação efetiva não faz parte da realidade. Ao contrário, vemos apenas os poucos núcleos se fortalecerem, através da formação especializada de recursos humanos, da migração de doutores e mestres para as Universidades em função, exatamente, destas especificidades e diferenças aqui abordadas. Enquanto isso, o diálogo de surdos (Bracht, 1993) está acontecendo; ninguém ouve, pois quase não se fala nisso!

Finalizando

Esperamos que na Educação física não se reproduza o paradigma da fragmentação concreta da produção de conhecimentos, através de laboratórios e grupos fechados que, sob o discurso da especificidade do conhecimento, escondem problemas mais profundos de ordem ideológica, de poder e até de status acadêmico. Enquanto esta luta se trava no meio acadêmico/intelectual, a realidade social se processa cruelmente; a educação cada vez mais precária, sem assistência financeira e pedagógica. Se é que realmente somos intelectuais, que vivemos da reflexão/produção de conhecimentos e que podemos agir como representantes comprometidos com a população, necessitamos

urgentemente promover ações que sensibilizem e modifiquem os professores e alunos adormecidos, que impeçam esta tendência divisionista (e morta pois significa o não debate). A partir do diálogo crítico, da diversidade antagônica e não neutra (Martins citado por Bracht, 1993), do debate franco e aberto, podemos diminuir ou delimitar melhor as diferenças nas diversas abordagens do estudo do movimento humano, fazendo com que crescamos mais, aprendendo uns com os outros.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Alexandro(1993). Validade científica e social da pesquisa em Educação Física, in *Anais da II Jornada de Pesquisa da UDESC*. 2:1993: Caderno de resumos/ Universidade do Estado de Santa Catarina.
- ANDRADE, A & PETERS, L.(1994) Esporte e Ideologia: um estudo sobre os reprodutores da ideologia no esporte em Florianópolis. In: *Universidade e Desenvolvimento. Revista científica da Universidade do Estado de Santa Catarina*. Ano 2, nº 3. Florianópolis.
- BRACHT, Valter(1993) Educação física/ciências do esporte: que ciência é essa? In: *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. 14(3),111-118, maio, Maringá.Pr.
- COLETIVO DE AUTORES (1993). *Metodologia do Ensino da educação Física*. Coleção Magistério de 2º grau. São Paulo. Editora Cortez.
- DEMO, Pedro. (1985) *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo. Editora Atlas.
- DEMO, Pedro.(1987) *Introdução à metodologia da ciência*. São Paulo. Editora Atlas.
- FAZENDA, Ivani C.A.(1989) Dificuldades comuns entre os que pesquisam educação. In: *Metodologia da pesquisa educacional*. Ivani Fazenda(Org.) São Paulo. Editora Cortez.
- FONSECA, Victor da (1987) *Educação especial*. Porto Alegre. Editora Artes Médicas.
- FREIRE, Paulo(1979) *Educação e mudança*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra.
- FRIGOTO, Gaudêncio,(1989) O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. in *Metodologia da pesquisa educacional*. Ivani Fazenda(Org.) São Paulo. Editora Cortez.